

Caem 2% em maio as exportações de café

O Estado exportou através do Porto de Vitória, no mês de maio 167.578 sacas de café, sendo 157.151 de café em grão (verde) e 10.427 de solúvel. Os dados, ainda preliminares, são do Centro de Comércio de Café de Vitória (CCCV), que deve liberar o montante oficial de exportações ainda esta semana.

Em relação ao mês de abril, segundo o tesoureiro do CCCV, Roberto Sarcinelli, houve uma queda de 2%, considerada por ele "quase que insignificante" e não deve ser considerado. A queda é por causa da redução na compra do produto pelo mercado externo.

REDUÇÃO

Sarcinelli prevê que a atual produção nacional, estimada entre 23 e 24 milhões de sacas, terá que ser reduzida ainda mais. Isto porque o mercado internacional absorve hoje apenas 18 milhões de sacas e o governo federal tem armazenado 17 milhões para abastecer o mercado interno.

A redução da produção é necessária para que o mercado se adeque a realidade interna e externa. No início da década de 70 o País estimulou a plantação do produtos, usando juros baixos de 2% ao ano e oferecendo uma ajuda de custeio.

Com isso houve uma "nova febre" de café, fazendo com que a capacidade de produção do parque cafeeiro nacional alcançasse os 40 milhões de sacas. Com o desestímulo do setor, em função da falta do Valor Básico de Custeio e de um preço mínimo para sua comercialização, muitos produtores estão abandonando suas plantações.

No norte do Espírito Santo, por exemplo, afirma o tesoureiro do CCCV, onde são produzidos 65% do café conillon do Estado, as lavouras estão abandonadas e os cafeicultores já estudam a possibilidade de mudar de cultura.

Para evitar prejuízos maiores, Sarcinelli recomenda aos produtores que armazenem o café até uma mudança de comportamento do mercado internacional.

O maior risco para a cafeicultura hoje, afirma Sarcinelli é o governo voltar a dar grandes incentivos e, principalmente, adotar preços artificiais para a saca do produto, o que levaria muitos produtores e reinvestir na lavoura cafeeira, agravando ainda mais a situação.

Porto seco dá a Minas a arrecadação do corredor

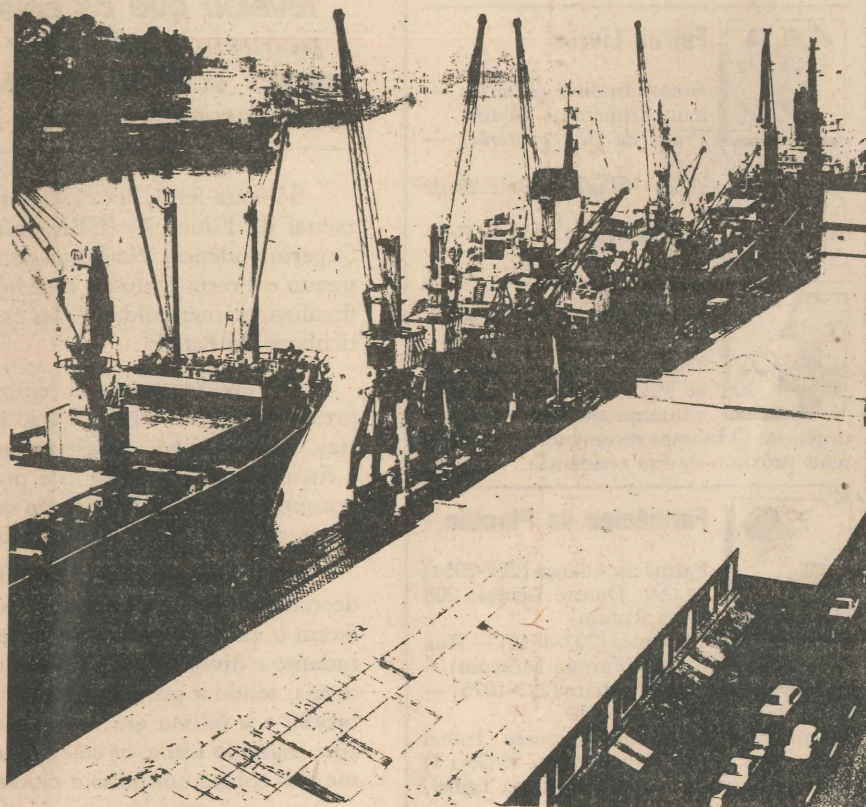
Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA), ou porto seco, já opera em Minas Gerais nas exportações de café

Com a implantação do corredor de exportação, a tarifa de exportação de 13% ficará para o estado de Minas Gerais, que vai operar o porto seco — Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA). Pelo menos esta é a experiência do embarque de café através de Varginha (MG), cujo escoamento está sendo disputado entre os portos de Rio de Janeiro, Santos e Espírito Santo.

De acordo com o chefe da seção de controle de terminais da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Eduardo Prata, a alíquota de exportação é de 12% de um estado para outro e na hora do embarque, o estado portuário cobra 13%, ficando com 1% de "lucro". Como as operações são feitas diretamente do porto seco, os 13% são cobrados diretamente pelo estado de origem onde está instalado o TRA.

EXPERIÊNCIA

O porto seco de Varginha é a primeira experiência do Brasil neste sentido e o décimo do mundo, implantado desde maio de 89, com uma capacidade de 20 mil TEU's (contêineres de 20 pés) por ano. Trata-se de um aglomerado de armazéns e instituições que opera as cargas como se fosse um porto, isto é, a mercadoria sai de Minas Gerais com o certificado de embarque e é escoado diretamente para o navio.



O estado beneficiado com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no escoamento de grãos agrícolas do Cerrado para os portos capixabas porém ainda é uma dúvida, tanto para técnicos da área portuária quanto fazendária. O Secretário da Fazenda no Estado, José Teófilo Oliveira, explicou que o assunto deverá ser tratado pelo governo federal.

Para Eduardo Prata, a exportação de grãos através do porto seco, a princípio, trará para o Espírito Santo a vantagem de cobrar pelas despesas de movimentação da carga, como frete e tarifas alfande-

gárias. "Mesmo assim, já há o porto seco de Varginha pronto para exportar 20 mil contêineres, disputado entre Rio, Vitória e Santo. Quem oferecer o menor custo global, ganha", arrematou.

As operações vão gerar mão-de-obra para o Estado, de acordo com os diretores do Sindicato dos Portuários. Mas esse fator vai ser ainda maior para Minas Gerais, onde estará instalado o porto seco, já que lá a mão-de-obra é mais barata, representando uma economia de US\$ 150 neste custo, explicou Eduardo Prata.